



número 134 - Setembro 2008

## O TEMA CENTRAL DESTA EDIÇÃO: DIA INTERNACIONAL CONTRA AS MONOCULTURAS DE ÁRVORES

Este boletim do WRM é uma contribuição para as atividades a ser desenvolvidas no dia 21 de setembro, Dia Internacional Contra as Monoculturas de Árvores. A Amigos da Terra Internacional, a Global Forest Coalition e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais concordaram em juntar forças para, nessa data, despertar a consciência de todos a respeito dos problemas sociais e ambientais decorrentes da expansão de tais plantações. Em consonância com esse esforço colaborativo, o editorial do boletim incluído nesta edição foi produzido conjuntamente pelas três organizações. Mais importante ainda é que os artigos revelam um amplo leque de impactos e lutas em diferentes continentes e em diferentes tipos de plantações. Esperamos que o boletim seja uma ferramenta útil para o dia 21 de setembro.

## NOSSA OPINIÃO

- [Por que um Dia Internacional Contra as Monoculturas de Árvores?](#)

## AS MUITAS RAZÕES

- [Um Power Point baseado em testemunhos locais](#)
- [Declaração de profissionais e estudantes florestais](#)

## QUANDO AS ÁRVORES SE TORNAM DESERTOS

- [As plantações que apoiamos e as plantações que combatemos](#)

## IMPACTOS DAS PLANTAÇÕES DE ÁRVORES SOBRE AS PESSOAS

Na América

- [Argentina: indígenas e ambientalistas alertam sobre planos de promoção florestal](#)
- [Um deserto verde no sul da América Latina](#)
- [Chile: um modelo florestal que gera pobreza e indignação](#)
- [Vitórias da resistência popular no Peru e no Brasil](#)

Na Ásia

- [Camboja: mulheres indígenas levantam suas vozes para proteger sua floresta e os meios de vida tradicionais, da atividade das companhias de plantação de seringueiras](#)
- [Indonésia: duras condições para as trabalhadoras nas plantações de dendezeiros](#)
- [Malásia: aqueles que saem perdendo no negócio do dendê](#)
- [Tailândia: diversidade e uso comunitário das florestas versus monoculturas e parques](#)

## Na África

- África do Sul: plantações de árvores devastadas por incêndio transformaram uma tragédia espreitadora em uma triste realidade
- Camarões: os bagyeli, grandes vítimas das plantações industriais
- Libéria: penosa borracha – o duro dia-a-dia dos seringueiros da Firestone

## CERTIFICAÇÃO DE PLANTAÇÕES

- FSC: Parem a certificação das monoculturas de árvores!
- Brasil: Os “selos verdes internacionais de qualidade” das empresas de celulose e papel

## NOSSA OPINIÃO

### - Por que um Dia Internacional Contra as Monoculturas de Árvores?

Todos os “dias internacionais” referem a questões problemáticas de importância global que precisam ser abordadas pela sociedade em conjunto. A expansão das monoculturas de árvores tem resultado em tantos impactos sociais e ambientais que deu origem à idéia de estabelecer um Dia Internacional para colocar a questão no nível global. A data de 21 de setembro foi escolhida seguindo a iniciativa das redes locais no Brasil, que em 2004 decidiram estabelecer essa data- que é o Dia da Árvore nesse país- como um dia de lutas contra as monoculturas de árvores.

A data coincide com o Dia Internacional da Paz proclamado pela ONU, que é justamente o que as comunidades afetadas pelas plantações desejam: paz para viverem em harmonia com a natureza e com outros seres humanos. As plantações de árvores vêm destruindo essa paz, e a necessidade de colocar essa questão em um dia específico em nível internacional provém de várias questões:

A primeira e mais importante é que muitas pessoas- nos países do Sul e do Norte- desconhecem completamente os impactos sociais e ambientais decorrentes das monoculturas de árvores em grande escala e acreditam que uma plantação de árvores é sempre positiva. Também desconhecem o fato de essas plantações não terem como objetivo a melhora dos meios de vida das comunidades locais, e sim a satisfação do consumo esbanjador nos países do Norte.

Esta situação resulta de uma combinação de fatores, entre eles o fato de as vozes das comunidades locais que lutam contra as plantações serem silenciadas através do temor, a repressão ou ao serem ocultadas por parte da mídia. Tanto a repressão e o medo quanto a invisibilidade na mídia resultam do poder econômico e político das empresas plantadoras, geralmente envolvidas também com investimentos nos setores da indústria da celulose, madeira, óleo de dendê ou borracha. O poder das empresas- expressado através de diferentes mecanismos- implica o controle parcial ou total sobre os governos e a mídia que se tornam “parceiros” dos investimentos empresariais. Como resultado, seja onde for que as populações locais lutam por seus direitos e contra as empresas plantadoras, elas são definidas- junto com seus defensores- como agitadoras.

As empresas plantadoras também estão empodeiradas pelos órgãos internacionais, departamentos florestais e a corrente dominante na profissão florestal, que- contra todas as evidências- fazem questão de definir as monoculturas de árvores como “florestas plantadas”, e como tendo um papel semelhante ao das florestas verdadeiras. Como resultado, aqueles que se opõem às plantações são classificados como ignorantes ou como tendo planos políticos ocultos.

A combinação da influência das empresas, governos, profissionais e a mídia é o que faz com que grande parte da população continue ignorando os impactos negativos das plantações de monoculturas de árvores. Obviamente, existem funcionários governamentais, especialistas florestais e jornalistas que se opõem a essas plantações ou pelo menos estão abertos a pesquisar as evidências existentes, mas ainda são uma minoria que sofre as coações impostas pelo poder.

E como se tudo isso não fosse suficientemente ruim, atualmente as plantações de árvores em larga escala estão sendo promovidas como uma solução ilusória para a mudança climática em duas formas: Por um lado, o parlamento europeu e outros estão impulsionando os chamados agrocombustíveis de “segunda geração” com base na madeira, o que conduzirá à rápida expansão das plantações de monoculturas de árvores, inclusive das árvores transgênicas. Por outro lado, vários países do Sul intensificaram suas tentativas de financiar a expansão das plantações em larga escala como projetos de compensação de carbono ou de usar as plantações de árvores para contrabalançar as perdas das florestas quando esses países solicitam financiamento de um mecanismo potencial da Convenção Climática.

Esse é o contexto em que tem lugar este Dia Internacional Contra as Monoculturas de Árvores. Não faz mal, existe abundante evidência documentada sobre os impactos sociais e ambientais das plantações, mas os governos, os órgãos internacionais e a corrente dominante na profissão florestal escolhem ignorá-la. Existem abundantes casos a ser informados- de destruição ambiental, de violações dos direitos humanos, de condições de trabalho extremas, de impactos sobre as mulheres- mas a mídia dominante escolhe não informar sobre isso.

Neste dia 21 de setembro nosso objetivo é dar visibilidade aos inúmeros povos que lutam contra as plantações, como uma forma de romper o círculo de silêncio e permanecer do lado deles nessa situação premente. Ao mesmo tempo, nosso objetivo é divulgar tanto quanto for possível a evidência que surge dessas lutas no tocante aos impactos ambientais e sociais que resultam dessas plantações. Isso tudo significa que é nosso objetivo debilitar o apoio às plantações por parte dos governos e desvendar aqueles que dão credibilidade às plantações ou que desinformam o grande público sobre esta questão.

Finalmente, queremos salientar que a luta contra as plantações foi imposta nas comunidades, e que elas, de fato, estão protegendo seu sustento e o ambiente contra a cobiça empresarial. É uma luta que precisa ser desenvolvida a fim de proteger as florestas, pradarias, zonas úmidas, biodiversidade, solos, água e as pessoas, tudo o que vem sendo afetado pelas vastas monoculturas de árvores. Trata-se, em suma, de uma luta pela vida.

## **Amigos da Terra Internacional - Colaboração Mundial pelas Florestas - Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**

[início](#)

---

### **AS MUITAS RAZÕES**

#### **- Um Power Point baseado em testemunhos locais**

Falta de água, mudanças na flora e na fauna, perda de terras, violações dos direitos humanos, destruição da trama social; esses são alguns dos problemas que acarretam as monoculturas de árvores.

Quem sabe bem disso são as comunidades locais, que sofrem na própria pele esta invasão; no entanto, suas denúncias e lutas são sistematicamente ocultadas pelo poder das empresas e seus aliados.

A seguinte apresentação Power Point ([http://www.wrm.org.uy/plantaciones/21\\_set\\_pt/ppts.html](http://www.wrm.org.uy/plantaciones/21_set_pt/ppts.html)) visa dar um espaço a essas vozes, para que se espalhem, circulem e se juntem a outras até se transformarem em um grito unânime que arranque, de raiz, este modelo pernicioso e imposto de monoculturas de árvores em grande escala. Convidamos vocês a usar e difundir esta ferramenta.

[início](#)

---

#### **- Declaração de profissionais e estudantes florestais**

Para as comunidades locais que habitam em áreas florestais resulta bem clara a diferença entre uma floresta e uma monocultura de árvores. Contudo, essa clareza não existe no nível da profissão florestal, que foi formada a partir do conceito de as plantações serem florestas e cumprirem funções semelhantes às florestas.

Isso não é um assunto de pouca importância, já que os profissionais florestais são os assessores dos governos, que consideram que eles -e não as comunidades locais- são os especialistas na matéria. A partir desse assessoramento, os governos elaboram e implementam ambiciosos planos florestais que freqüentemente consistem na plantação de vastas monoculturas de árvores, que não têm nada em comum com as florestas.

Nesse contexto, há muitos estudantes e profissionais que, a partir da experiência concreta dos impactos sociais e ambientais decorrentes das monoculturas de árvores, discordam totalmente dessa visão e ficam do lado das comunidades para fazer oposição tanto à plantação de tais monoculturas quanto ao fato de continuarem sendo chamadas de "florestas".

Com o intuito de fortalecer essa posição, um conjunto de profissionais e estudantes florestais fez uma declaração em que manifestam com toda clareza que "as plantações não são florestas". A partir dessa declaração, visam congregiar adesões de colegas do mundo todo para iniciarem um processo profundo de mudanças, tanto dentro quanto fora dos centros de estudos florestais.

Consideramos que este dia 21 de setembro é uma excelente oportunidade para difundirmos esta declaração e instarmos todos os profissionais e estudantes florestais que se identifiquem com esta posição a aderir a ela.

### **As monoculturas de árvores não são florestas Declaração dos profissionais e estudantes florestais 2008**

No mundo inteiro os governos estão promovendo, ativamente, a expansão em grande escala das monoculturas, apesar dos graves impactos socioambientais já constatados em plantações dessa natureza. Os que impulsionam esse modelo afirmam que as monoculturas são florestas, o que não é a realidade. As monoculturas não são florestas. Lamentavelmente, muitos de nossos colegas florestais apóiam esse modelo, e as nossas instituições de ensino continuam preparando novas gerações de profissionais florestais formados para perpetuar e ampliar esse modelo florestal que pretende ver florestas onde elas não existem.

É por isso que consideramos necessário afirmar publicamente que, não apenas as monoculturas não são florestas, mas também que tais plantações resultam ou resultaram na destruição das nossas florestas nativas e de outros ecossistemas igualmente valiosos.

No mundo inteiro, aqueles que conhecem melhor sobre este assunto são as comunidades locais, que sofrem diretamente com os impactos, tais como:

- perda da biodiversidade (alimentar, medicinal, calorífica, artesanal, potencial de construção, entre outros);
- alteração do ciclo hidrológico, que resulta na diminuição e esgotamento de fontes de água, como o aumento de inundações e deslizamentos;
- diminuição da produção de alimentos;
- degradação do solo;
- perda de culturas indígenas e tradicionais que dependem dos ecossistemas originais;
- conflitos com empresas florestais que ocupam terras indígenas e outras comunidades tradicionais;
- diminuição de fontes de emprego em zonas de tradição agropecuária;
- expulsão da população rural;
- perda da paisagem em locais turísticos.

Por esse motivo, os profissionais florestais que aspiram à conservação das florestas e que reconhecem os direitos básicos dos povos que ali habitam devem ficar ao lado daqueles que verdadeiramente defendem as florestas – as comunidades locais – além de se opor à expansão dessas monoculturas.

Queremos ressaltar que este processo não se iniciou hoje, tendo como ponto de partida o Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre. Naquela ocasião, um grupo de estudantes e profissionais, de vários países, acordou na necessidade de "outra formação florestal, relacionada com uma forma diferente de ver o mundo, na qual as florestas sejam vistas não apenas como madeira, mas como o que são: ecossistemas diversos de flora, fauna e povos da floresta". Como parte dessa linha de pensamento, @s

participantes se manifestaram claramente “contrários às implantações de extensas monoculturas ou plantações homogêneas de árvores”.

Fazemos então um chamamento aos estudantes e profissionais florestais a aderir à presente declaração e a iniciar um processo, dentro e fora dos centros de ensino, que nos permita fazer o que neste momento pensamos que iríamos fazer ao entrar nesta profissão: defender as florestas e os povos que dependem das mesmas.

A declaração com a lista atualizada das assinaturas está disponível em:

<http://www.wrm.org.uy/plantaciones/forestais.html>

[início](#)

---

## QUANDO AS ÁRVORES SE TORNAM DESERTOS

### - As plantações que apoiamos e as plantações que combatemos

A plantação de árvores é uma atividade que em geral é percebida como positiva. O ato da plantação de uma árvore- seja em uma escola ou em uma comunidade camponesa- simboliza em muitas sociedades o cuidado da natureza e uma contribuição da geração atual para as gerações futuras.

Além desse aspecto simbólico, muitas plantações de árvores são efetivamente positivas, em particular, quando se realizam por decisão das próprias comunidades para atender suas necessidades, tal como no caso da plantação de árvores frutíferas ou de espécies lenhosas que servem para satisfazer outras necessidades como lenha, fibras, sementes, flores, medicina, sombra, refúgio, etc. Muitas dessas plantações constituem de fato sistemas agroflorestais, que freqüentemente fazem parte de sistemas tradicionais de manejo dos ecossistemas locais.

Não é preciso dizer que o WRM apóia e sempre tem apoiado esse tipo de plantações, que se caracterizam por ser socialmente benéficas e ambientalmente adequadas.

Ao amparo dessa imagem positiva das plantações foram desenvolvidos, porém, outros tipos de plantações que têm gerado ampla oposição, primeiramente em nível local e posteriormente em nível internacional. Estamos nos referindo às monoculturas em grande escala, tanto àquelas destinadas à produção de madeira e celulose quanto às que visam a produção de óleo de dendê ou de borracha. Mais recentemente foram incorporadas a este grupo as monoculturas de árvores estabelecidas para servir como “sumidouros de carbono” e as destinadas à produção de biodiesel e etanol celulósico.

Esse modelo é ativamente promovido por um conjunto de atores que inclui tanto os organismos internacionais como a FAO e o Banco Mundial, as agências estatais dos países industrializados (de financiamento às exportações, de cooperação bilateral, de apoio técnico), quanto as empresas que se beneficiam desses investimentos (bancos, indústria do papel e celulose, produtores de maquinaria, empresas consultoras, etc.). O resultado final é a produção de matéria- prima abundante e barata- seja madeira, celulose, borracha, óleo de dendê ou outros- que serve como insumo para o crescimento econômico dos próprios países industrializados. Nos países produtores, o que resta é um ambiente degradado e uma população empobrecida, que são os “custos externalizados” para que a matéria-prima possa resultar barata.

É a esse tipo de plantações que o WRM vem se opondo há mais de 20 anos, por causa de seus graves impactos sociais e ambientais. Apesar de serem definidas como “florestas plantadas”, é evidente que nada têm em comum com as florestas. Enquanto as florestas servem de sustento às populações locais- tanto de pessoas quanto de fauna- essas plantações as expulsam; enquanto as florestas regulam o ciclo hidrológico, as plantações esgotam e poluem as fontes de água; enquanto as florestas protegem e enriquecem o solo, as plantações o esgotam e erodem; enquanto as florestas abrigam uma enorme diversidade de vida, as plantações são desertos verdes.

Todos esses impactos são uma conseqüência inevitável do modelo baseado em monoculturas de uma única espécie- a maioria das vezes exótica- que ocupam vastas áreas de terra antes destinadas a satisfazer as necessidades de vida das populações locais e que

constituíam o habitat de inúmeras espécies de plantas e animais. Aos impactos sociais e ambientais decorrentes de tal ocupação territorial somam-se os decorrentes da aplicação de grandes quantidades de fertilizantes químicos, herbicidas, inseticidas e fungicidas usados para garantir a rentabilidade do investimento. Esses agrotóxicos poluem a água, o ar e o solo, com a conseguinte desaparecimento de espécies animais e vegetais e com graves impactos sobre a saúde de trabalhadores e moradores locais. Por sua vez, o próprio crescimento das árvores plantadas em monoculturas em grande escala exaure os recursos hídricos e os nutrientes do solo. Os escassos empregos que o modelo precisa- temporários, com baixos salários e más condições de trabalho- diminuem à medida que avança a mecanização de todas as operações.

A isso tudo, soma-se agora a recente ameaça da incorporação de árvores transgênicas, modificadas geneticamente para aumentar a rentabilidade das plantações. Tal tipo de pesquisa está em andamento em, no mínimo, 19 países (vide detalhes em [www.wrm.org.uy](http://www.wrm.org.uy)). O uso dessas árvores em plantações comerciais não apenas implicaria uma gravíssima ameaça para as florestas do mundo, mas agravaria ainda mais os impactos já comprovados nas monoculturas existentes.

Pelo que foi exposto, é cada vez maior o número de organizações e pessoas que se opõem às monoculturas de árvores em grande escala e que se reúne sob o lema "as plantações não são florestas".

Quanto ao WRM, nossa posição é muito clara: apoiamos determinados tipos de plantações e nos opomos a outras. Não temos nada contra o eucalipto ou o pinheiro ou o dendezeiro ou qualquer outra espécie de árvore em particular. Nossa oposição está focalizada contra um modelo determinado de utilização- e agora de manipulação genética- das árvores, que beneficia as grandes empresas e prejudica as comunidades locais e o ambiente em que são instaladas.

[início](#)

---

## IMPACTOS DAS PLANTAÇÕES DE ÁRVORES SOBRE AS PESSOAS

### Na América

#### **- Argentina: indígenas e ambientalistas alertam sobre planos de promoção florestal**

A Patagônia concentra só 4% das plantações florestais da Argentina. O escasso desenvolvimento do setor na região é considerado pelas autoridades e empresários como um amplo campo de oportunidades: 4 milhões de hectares para florestar distribuídos nas províncias de Neuquén, Río Negro e Chubut.

Para esse horizonte estão voltadas as autoridades nacionais e locais que, em abril encontraram-se na Primeira Reunião de Coordenação do Plano Florestal Regional Patagônico- realizado na cidade de Esquel, Chubut-, e vislumbram o Congresso Florestal Mundial como uma grande vitrine que em 2009 concentrará investidores, consultoras e representações estrangeiras no país.

Contrariamente, as comunidades mapuche consideram que isso é uma ameaça, e denunciam que o governo não mede os custos. "O objetivo é colocar a região na vanguarda em nível nacional, custe o que custar", acusam ambientalistas e dirigentes das comunidades mapuche.

Conforme o governo de Neuquén, cerca de 60% dos 1,5 milhões de hectares [e apenas 60.000 implantados] que possui corresponde a propriedades privadas- cuja legitimidade e legalidade é questionada em muitos casos pelo povo mapuche-, enquanto o restante são terras devolutas dedicadas à atividade pecuária transumante, principalmente de cabras e ovelhas.

"A questão é como compatibilizar as práticas produtivas tradicionais e a atividade florestal", salientou Stecher. "Os sistemas camponeses tradicionais possuem três subsistemas que são por sua vez indivisíveis: a invernada [campos localizados em terras baixas], a veranada [na ladeira dos cerros] e a rota de arreo[que varia de uns poucos quilômetros a centenas, conforme cada comunidade], e é justamente lá onde a atividade florestal- tal como está desenhada- não é compatível com o uso atual por parte dos pequenos produtores. O bloqueio de grandes extensões destinadas às plantações [de pinheiro] corta as rotas de arreo [entre as invernadas e veranadas], e diminui as superfícies de pastagem".

### *Os conflitos se agravam*

Nesse contexto, originaram-se uma série de conflitos territoriais que tendem a se tornar mais profundos nos últimos anos. Diante da mingua do gado, pela redução e deterioração da "veranada" devido ao pastoreio em excesso e à seca das vertentes provocada pelas plantações de pinheiros, em 2003, a comunidade mapuche Wiñoy Folil voltou a entrar a campos de uso ancestral localizados na paragem da cordilheira Pampa de Lonco Luan, no departamento Aluminé. Desse local tinham sido deslocados na década de 80 pela Corporación Forestal Neuquina (CORFONE).

No passado novembro, nessa mesma região, as comunidades Paineo e Cayupán reclamaram junto às autoridades da província a restituição de suas veranadas, também vendidas a empresas florestais. Em janeiro, o Conselho Zonal Centro (CZC) – que reúne as comunidades mapuche do centro da província de Neuquén- e a comunidade Vicente Katrunao Pincén conseguiram reaver a posse de diferentes territórios.

"Assim como vêm sendo entregues [terras] a particulares também iniciamos um processo de recuperação de veranadas que foram usurpadas em forma ilegal. Este processo vai em crescimento porque à medida que nos bloqueiam, nos obrigam a fazer de tudo para nos defender desse aperto e reavemos o território", expressou Martin Velázquez Maliqueo, logko- autoridade tradicional- da comunidade Logko Puran, que integra o CZC.

Ainda que o conflito pela entrada de empresas florestais a território mapuche tenha estourado no centro sul da província de Neuquén- devido ao desenvolvimento alcançado por estes empreendimentos na província-, a tensão se espalha ao restante das províncias patagônicas.

Em agosto de 2004, a empresa italiana Ecoxilon subscreveu uma carta de intenção com o governo de Rio Negro para arrendar um milhão de hectares de terras devolutas por 30 anos "para florestamento e produção de oxigênio". Mesmo que essa iniciativa tenha ficado no esquecimento, naquele momento o Conselho Assessor Indígena criticou o fato de as autoridades disporem dessas terras desconhecendo os direitos territoriais que o povo reclama.

### *Espécies exóticas*

Além de reclamarem as terras, os mapuche questionam a introdução de coníferas exóticas- pinheiros ponderosa e contorta procedentes do oeste dos EUA- que quebram o equilíbrio entre os diferentes elementos da natureza.

As organizações ecologistas partilham as críticas ao florestamento, garantindo que as espécies exóticas produzem mudanças na acidez do solo, impõem-se sobre as espécies nativas pela ausência de predadores naturais e assim as deslocam, e modificam os regimes hidrológicos pela alta absorção de água, entre outras conseqüências. Também prevêem que quando essas plantações estiverem "maduras" é possível que desembarquem na região grandes fábricas de celulose- indústria altamente poluente-, para completar o ciclo produtivo.

A atividade florestal ganhou impulso no início da década de 90 quando começou a ser implementado um regime de promoção que foi coroado em 1999 com a lei 25.080 que outorga subsídios e isenções impositivas, entre outras vantagens. A crise econômica de 2001 colocou um freio a essa corrida, e em 2003 o setor florestal primário apenas representava 0,3% do produto interno bruto, e as agro-indústrias derivadas, 2%. A possibilidade de apresentar o florestamento como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)- conforme estabelecido no Protocolo de Kioto- e a obtenção de créditos pela captura de carbono, é um estímulo extra.

Das províncias patagônicas, Neuquén é a província que tem dado maior impulso à atividade florestal, também favorecida pela aptidão de seus solos. Concentra 60% das plantações da região. Atualmente a taxa de florestamento é de 3.500 há anuais, e a meta fixada pelo Plano Florestal de Neuquén 2001 é atingir 10.000 há anuais, com um ritmo sustentado de plantação no decorrer de 35 anos. O florestamento estatal constitui 63%, realizado através da CORFONE, com maioria acionária da província.

Por: Hernán Scandizzo, julho de 2008, e-mail: [hernan.gsp.74@gmail.com](mailto:hernan.gsp.74@gmail.com)

<http://www.noticiasaliadas.org/articles.asp?art=5664>

[início](#)

Imagine uma área do tamanho de 500.000 campos de futebol plantados com uma única espécie de árvore. Uma floresta? Não, um deserto verde. Sem pessoas, sem água, sem outras plantas. Em poucos anos, assim será a paisagem do Rio Grande do Sul, estado do extremo sul do Brasil, onde três empresas concentram a produção de celulose, com danos sociais e ambientais.

O Rio Grande do Sul, assim como Uruguai e Argentina, faz parte de uma sistema ecológico conhecido como Pampa, com uma biodiversidade única, que inclui centenas de aves e mamíferos, que só podem ser encontrados neste sistema. No subsolo desta região, está uma das maiores reservas de água da América do Sul.

E justamente por estas características, este território foi escolhido pela empresa sueco-finlandesa Stora Enso para seus projetos de produção de celulose. O Eucalipto, base da celulose, plantado no Brasil pode ser colhido em sete anos. Na Escandinávia, uma árvore para produção de celulose precisaria de, pelo menos 50 anos, para alcançar o estágio para fabricação de papel. Nos próximos 5 anos, o eucalipto deverá ocupar meio milhão de hectares neste estado.

Três empresas controlam o plantio e a produção de celulose no Rio Grande do Sul. Porém, todas elas são praticamente uma só. Além da Stora Enso, as outras duas empresas são Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel - VCP. Porém, Stora Enso e Aracruz fazem parte de uma joint-venture, a Veracel, e a VCP é acionista da Votorantim.

Utilizando incentivos fiscais do governo brasileiro, estas empresas têm adquirido milhares de hectares de terras, expulsando famílias de pequenos agricultores desta região. No norte do Brasil, no estado de Espírito Santo, a Aracruz já havia expulso os povos indígenas de uma região, roubando 10 mil hectares de terras.

A aquisição de terras também viola a lei brasileira, que proíbe que empresas estrangeiras comprem terras na área de fronteira. Para isso, Stora Enso criou uma empresa-fantasma, supostamente de brasileiros, para comprar terras em seu nome.

Nas cidades onde já estão instaladas, as empresas violam direitos dos trabalhadores. Homens, mulheres e jovens trabalham sem equipamentos de segurança no corte das árvores. Para que a empresa não precise pagar a seguridade social, os trabalhadores são demitidos após 3 meses e contratados novamente por salários mais baixos.

Além dos problemas sociais, a monocultura de celulose deverá trazer sérias conseqüências ambientais. No Uruguai, onde a empresa finlandesa Botnia e a espanhola Ence possuem 360 mil hectares, já há registros de falta de água, pois se estima que um eucalipto consome 20 litros de água por dia. Segundo a revista Science (23/12/2005), o plantio de eucalipto no pampa argentino reduziu 52% dos fluxos de água e secou 13% dos rios.

No Rio Grande do Sul, segundo pesquisas da Universidade Federal, o eucalipto irá consumir 20% mais água do que chove no estado. Como a árvore causa desertificação e acidez do solo, não se sabe que conseqüências terá para as 3 mil espécies de plantas do pampa.

Por fim, tudo isto será feito sem que as empresas precisem sequer pagar impostos. Isto porque 97% da produção de celulose destas fábricas é destinada para a exportação. No auge do neoliberalismo, o governo brasileiro criou uma lei que isentava de impostos os produtos exportados.

Até o ano de 2006, o projeto das empresas seguiu silenciosamente, sem qualquer debate com a sociedade. Naquele ano, o silêncio foi rompido pelo protesto de mulheres da Via Campesina que ocuparam uma área de plantio de eucaliptos no Rio Grande do Sul. No ano seguinte, as mulheres regressaram, agora ocupando diferentes áreas de eucaliptos.

E em 2008, outra vez e sempre no 08 de março, elas regressaram. Desta vez, denunciando a compra de áreas ilegais pela Stora Enso. A reação foi violenta.

A área da Stora Enso foi cercada pela polícia, todos os jornalistas foram impedidos de registrar a ação. Com bombas de gás lacrimogênio e gás pimenta, a Polícia agrediu as 900 camponesas. Médicos e advogados não puderam entrar na área. Todas foram mantidas deitadas e com armas apontadas para a cabeça por horas. A alimentação só foi permitida doze horas depois.

Mesmo assim, a história segue. Desde a primeira ação, as camponesas despertaram a sociedade para os riscos das fábricas de



celulose. Agora, suas ações tem permitido uma maior articulação com movimentos camponeses e ambientais da América do Sul. Assim como o capital não tem fronteiras, as camponesas brasileiras ensinam que a luta também não pode ter.

Miguel Enrique Stédile integrante do Movimento Sem Terra e da Via Campesina - Brasil.

[início](#)

### - Chile: um modelo florestal que gera pobreza e indigência

O caso do Chile é apresentado, na América Latina, como um modelo bem-sucedido em matéria de florestas, apesar de numerosas organizações chilenas e em particular de indígenas Mapuche virem denunciando há anos os impactos das grandes plantações de pinheiros e eucaliptos instalados no sul do país. Contudo, isso não foi um obstáculo para que consultores florestais bem remunerados continuassem repetindo as mesmas mentiras e convencendo os governos de outros países (Peru e Equador são os casos mais recentes) a transitar o "bem-sucedido" caminho chileno. Como parte do pacote publicitário, aqueles que promovem o modelo incluem a suposta capacidade de as plantações gerarem empregos, e a decorrente melhora na qualidade de vida das populações locais.

*Nesse contexto, o seguinte excerto de um documento elaborado por dois engenheiros florestais da Universidade Austral do Chile (1), demonstra a falsidade de tais afirmações e ilustra, a partir de estatísticas oficiais, a dimensão do desastre social desse modelo. A esse respeito dizem:*

"Uma das maiores contradições do setor florestal chileno é que ao tempo que houve um crescimento notável das exportações florestais a partir de plantações de pinheiro e eucalipto principalmente distribuídas nas Regiões VIII e IX, a população dessas Regiões não teve sua qualidade de vida melhorada. Durante o rápido processo de expansão das plantações (principalmente nas décadas de 70 e 80) houve problemas de migrações, crescimento explosivo de povoados bem estabelecidos e de desemprego. Atualmente, a atividade florestal no Chile está concentrada da Região VII à X, e são justamente essas quatro Regiões as que têm os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos. Conforme dados do governo, entre 1990 e 1998, as Regiões VIII e IX tiveram a maior quantidade de pobres (40,5% em média em 1990 e 27,3% em média em 1998) e indigentes (15,2% em média em 1990 e 8,5% em média em 1998). Conforme a mesma fonte, a relação entre pobreza e distribuição de renda é evidente segundo o Coeficiente de Gini: em 1998, as Regiões VIII e IX apresentavam as piores condições de distribuição de renda no Chile. Por áreas particulares, a IX Região tem a maior porcentagem de pessoas com assistência sanitária regular ou muito ruim (41,7%), e quanto à educação, as Regiões VII, X e IX têm a maior porcentagem de população entre 4 e 17 anos que não frequenta nenhum estabelecimento de ensino. E ainda, a VIII Região, que concentra as maiores superfícies de plantações de espécies exóticas, é também a mais pobre e a que tem a maior porcentagem de população rural indigente no país. Seguindo à VIII Região, a IX Região é a que tem maior atividade florestal no Chile e a de maior concentração de população Mapuche. Os Mapuche nessa Região recebem a metade da renda e os IDH em todos os aspectos são inferiores aos da população não Mapuche. Além disso, existem atualmente sérios conflitos entre empresas florestais ou agrícolas e comunidades Mapuche por reclamações relativas à propriedade das terras."

"Apesar de ser injusto o fato de atribuir os problemas mencionados exclusivamente ao setor florestal, os dados sugerem que esse setor também não tem contribuído a melhorar a situação sócio- econômica dos habitantes dessas regiões, nem sequer em nível rural. Para ilustrar, entre os anos de 1987 e 1996, as Regiões VII, VIII e IX, além da III, registraram os piores índices de superação da pobreza, enquanto as exportações florestais nesse período aumentaram. Isso pode ser explicado, entre outros fatores, pelos baixos salários dos trabalhadores, fator que justamente contribuiu para atrair capitais ao setor florestal chileno."

Não precisa fazer comentário nenhum.

(1) Donoso, Pablo y Otero, Luis (2005).- Hacia una definición de país forestal: ¿Dónde se sitúa Chile? Bosque (Valdivia) v.26 n.3. Valdivia, dezembro

[início](#)

### - Vitórias da resistência popular no Peru e no Brasil

Em meio a tanta apropriação e despojo por parte dos grandes interesses mercantis resulta estimulante receber notícias que informam das vitórias obtidas pela tenaz resistência dos povos.

No Peru, o governo do presidente Alan García, no contexto da implementação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, aprovou mais de 30 leis e decretos voltados à expansão da fronteira extrativa na Amazônia, visando dismantelar os direitos comunitários e as mesmas comunidades, facilitando a venda de suas terras, flexibilizando os modos de parcelamento ou venda, tirando deles as proteções espaciais que usufruíam. Em suma, a aposta era tirar deles as terras, com tal cobiça que se falava de dar em concessão até as áreas baixas ou praias que aparecem nos rios e onde a população pobre cultivava arroz e milho. Em torno a esse projeto mobilizavam-se os interesses de agrocombustíveis, plantações de árvores, petróleo e mineração (vide Boletim Nº129 do WRM).

Uma das empresas que pretendia tirar proveito desse despojo era a companhia de celulose chilena CMPC, possuidora de enormes áreas de plantações de pinheiros e eucaliptos no Chile, que foram estabelecidas durante a ditadura de Pinochet em territórios do povo Mapuche. Ao se referir ao projeto da empresa de investir milhões de dólares no Peru, o presidente da Corporação Chilena da madeira e ex- ministro de Pinochet, Fernando Leniz disse que: "Lá [no Peru] há um melhor clima trabalhista e um melhor controle contra a violência. Está fazendo muito mal ao Chile a idéia de ser através da violência e da ilegalidade que os grupos de pressão podem satisfazer suas exigências". Com essas palavras fazia referência à luta legítima do povo Mapuche para reaver seus territórios ancestrais.

Contudo, nem Leniz nem o governo peruano esperavam a firme reação dos povos amazônicos em defesa de seus direitos. No dia 8 de agosto, mais de 3.000 indígenas e população mestiça de diversas regiões amazônicas se mobilizaram declarando uma greve nacional indefinida contra os decretos do Executivo.

O resultado do protesto social e das mobilizações foi que no dia 22 de agosto o Congresso da República derogou os Decretos Legislativos 1012 e 1073, que o governo pretendia impor em detrimento dos Direitos Coletivos Indígenas e a favor dos grupos econômicos. O triunfo indígena no Peru é um claro sinal de poder perante aqueles que pretendem destruir a Amazônia, e por enquanto impossibilita a instalação de grandes monoculturas de árvores na região.

No caso do Brasil, uma histórica decisão judicial acaba de fortalecer a luta popular contra as monoculturas de eucaliptos. De fato, no dia 28 de agosto, o Tribunal de Justiça julgou e manteve por unanimidade a liminar que determina a suspensão imediata de todo o plantio de eucaliptos no município de São Luiz do Paraitinga- São Paulo, em virtude dos nefastos efeitos ambientais e sociais decorrentes da expansão industrial dessa monocultura, até a realização, pelas empresas transnacionais empreendedoras do plantio, de Estudos de Impacto Ambiental em todas as fazendas recobertas por essa monocultura devastadora, guardados com as indispensáveis audiências públicas com a população rural afligida.

A violação da medida terá como consequência uma multa diária de 10.000 reais (uns 6.000 dólares estadunidenses).

Também em decisão inédita, o Tribunal de Justiça indeferiu pedido da Promotora de Justiça de São Luiz que tentava impedir que a Defensoria desse prosseguimento à ação, e que questionava a legitimidade da Defensoria para atuar no processo; portanto o Tribunal de Justiça entendeu, por unanimidade, que a Defensoria não só pode como deve atuar nas questões ambientais em favor da população.

O defensor público e autor da ação, Wagner Giron denuncia que "Eles [especialmente as empresas Votorantim Celulose e Papel, e Suzano Papel e Celulose] não respeitam nenhuma norma ambiental. Plantam as árvores nos cerros, em florestas nativas, invadindo mananciais e secando cursos de água. Aqui já houve intoxicação humana, mortandade de peixes e animais. Tudo em virtude dessa violação das normas ambientais". (2)

É importante salientar que as plantações de eucalipto cobrem hoje aproximadamente 20% do município de São Luiz.

Casos como estes no Peru e Brasil são luzes de esperança que iluminam o caminho da resistência justa dos povos.

Artigo baseado em: para Perú: comunicação com Vladimir Pinto, correio eletrônico: [vladimirpinto@gmail.com](mailto:vladimirpinto@gmail.com); e Paul McAuley, Red Ambiental Loretana, correio eletrônico: [redambientalloretana@yahoo.com](mailto:redambientalloretana@yahoo.com); "Perú: Un Importante Triunfo de los Pueblos Indígenas Amazónicos", Mapuexpress, Informativo Mapuche, <http://www.mapuexpress.net/?act=news&id=3164&PHPSESSID=847e1084eea7a047e12fd762591bd28a>; para Brasil: comunicação com Geise Pereira, FASE-ES, correio eletrônico: [geise.fase@terra.com.br](mailto:geise.fase@terra.com.br); "Brasil: Tribunal de Justiça suspende plantio de eucalipto em município de SP", <http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/39528>

[início](#)

## Na Ásia

### - Camboja: mulheres indígenas levantam suas vozes para proteger sua floresta e os meios de vida tradicionais, da atividade das companhias de plantação de seringueiras

No Nordeste do Camboja, diferentes grupos indígenas têm vivido durante séculos, preservando um ecossistema de florestas imenso e extremamente diverso, mantido intato até as recentes décadas, quando começou a exploração massiva das florestas. As práticas agrícolas indígenas, como em outras áreas cobertas por florestas no mundo, têm contribuído para manter a biodiversidade e estão entre as mais sustentáveis conhecidas até agora.

A subversão desse sistema ecológico e social está cheia de conseqüências para as comunidades indígenas e as mulheres, como esta mulher Bunong de Mondulkiri explica:

*"A companhia tem derrubado todas as árvores para fazer a plantação. Eles dizem que os povos indígenas derrubam a floresta também. Mas os povos indígenas não fazem isso! Perguntamos aos espíritos antes de cortar, tentamos entender nos sonhos se os espíritos estão de acordo, depois cortamos apenas pequenas parcelas para fazer nossos campos e nunca cortamos árvores grandes. No entanto, a companhia corta tudo, e agora não há árvores, animais nem vegetais. Havia seis grandes florestas nos arredores e muitos animais selvagens; podíamos achar vegetais, medicinas, resina, raízes, peixes e frutas.*

*Agora que a floresta tem sido cortada e os espíritos foram rejeitados, eles já não ajudam à comunidade. É difícil para os anciões que os jovens os respeitem. Antigamente, os espíritos rodeavam a aldeia e os jovens eram mais respeitosos. Os espíritos já não ajudam a comunidade, inclusive se carecemos de alimentos ou em caso de doença.*

*Temos medo dos trabalhadores da companhia, dos adictos às drogas, das violações, e de que vão espancá-nos. Há dois anos que essas pessoas estão perto; vamos a todos os lados acompanhadas por homens, porque temos medo. Eles não respeitam as mulheres e portanto nós temos medo e receamos que os homens da aldeia possam virar como os trabalhadores, especialmente os jovens."*

As plantações comerciais não apenas subvertem o ambiente ecológico, mas têm duras conseqüências para as comunidades. A imigração massiva de trabalhadores que ocorre normalmente quando as plantações são estabelecidas, causam a exploração excessiva de recursos como animais selvagens e pesca, que viram escassos e menos acessíveis para as comunidades indígenas. Os imigrantes vão desencadear a migração de outros povos não indígenas, como fornecedores de serviços e isso pode facilmente contribuir para mudar o equilíbrio da população nas áreas. Os trabalhadores das plantações são principalmente homens; em decorrência disso, os serviços sexuais começam a pipocar na área, o que contribui para desvalorizar a situação das mulheres em geral e para introduzir um preconceito masculino na vida social.

Nas palavras de uma mulher Tampuan de Ratanakiri, "Aqui já não há mais floresta, somente temos plantações de seringueiras. Agora todos querem vender a terra também; querem plantar castanhas de caju, feijões ou mandioca. Em primeiro lugar venderam a terra em nível de distrito. As pessoas se têm queixado sobre essas vendas de terras, mas não puderam reaver a terra. Então agora os aldeões os seguem e querem vender sua terra também. Acham que se não vendem, as companhias ficarão com a terra de qualquer jeito. Os homens querem vender a terra, já não escutam às mulheres, querem dinheiro. Contestam para os anciões: 'é nosso problema se

*quisermos viver diferentemente, não é seu problema' Não escutam para os anciões e vendem suas terras; então, invadem as terras de outras pessoas, surgem disputas, dizem que é um assunto particular e não comunitário e muitos conflitos começam entre as pessoas e entre as mulheres e os homens. Os homens bebem e quando não têm dinheiro, vendem parcelas de terra para pagar as dívidas! Os que vendem suas terras viram pobres e depois disso bêbados. As famílias sem terras bebem muito, estão sempre bêbados."*

É dentro das comunidades que a exploração comercial massiva de terras de florestas tem conseqüências mais dramáticas. Os valores que essa forma de desenvolvimento acarreta são muito destruidores para a estrutura social das comunidades indígenas e os humanos em geral. O dinheiro, individualismo, concorrência e consumismo quebram o pacto de solidariedade que anima as comunidades. Aparecem divisões entre seus membros, anciões e jovens, mulheres e homens. A economia orientada ao mercado têm sesgo masculino e os homens parecem ser mais facilmente atraídos pela sedução do dinheiro e pela economia do dinheiro.

As mulheres pagam um grande tributo a essa subversão de suas sociedades e valores. Sua carga de trabalho aumenta, já que muitos dos recursos que costumavam coletar lá, como lenha, água, vegetais, materiais para artesanato, ferramentas, medicinas, pequenos animais, resina, já não estão à mão. Quando as plantações chegam, os povos indígenas devem levar seus campos longe, o que obriga às mulheres a longas caminhadas somente para chegar ao campo e trabalhar nas granjas de suas famílias. Se os homens são contratados como trabalhadores, as mulheres ficam sozinhas para cuidar das granjas. O trabalho das mulheres nas granjas familiares garante os alimentos diários, mas é invisível e desvalorizado porque não se inscreve no quadro da economia do dinheiro. Mas é esse trabalho o que mantém os salários dos trabalhadores das plantações baixos e rentáveis para as companhias. No contexto masculino que esta forma de neodesenvolvimento colonial está forjando, o trabalho das mulheres indígenas não é reconhecido e é abrumador, enquanto sua situação como mulheres começa a debilitar-se seriamente.

Para as mulheres a floresta é muito mais do que simples subsistência: é também prazer, um bonito lugar para estar, é divertido, uma porta aberta para a imaginação. Como Lun, uma mulher de Ratanakiri diz: *"Nós, as mulheres, gostamos muito da floresta porque é fresca e divertida. Gostamos de ir lá, não temos medo e nos divertimos. Costumávamos ir lá e dormir na floresta quando eu era criança com meu pai e meu tio da aldeia próxima. Era uma das coisas gostosas para fazer, pegar pequenos peixes e caranguejos em lagunas, coletar a resina ou achar pequenos bambus. Às vezes podíamos achar algumas folhas especiais e costumávamos ficar à noite para coletar a resina. Mas agora é difícil, porque há uma companhia, não sabemos como aconteceu isso, se a floresta foi vendida ou se eles simplesmente se apossaram dela, colocaram a cerca e um painel para proibir a entrada."*

Quando a floresta é cortada, se perde mais do que produtos tangíveis. A floresta é o refúgio dos espíritos, a fonte de histórias e epopéias, o lugar de desafios e aventuras e o abrigo que espera a todos no final da vida. E também se trata de estrelas, como disse uma menina Kreung de Ratankiri: *"Quando há muitas estrelas no céu, algumas delas vêm dormir com as meninas e outras com os meninos. Os anciões me disseram que as estrelas cuidam da floresta. Isso é o que eu sei."*

Por Margherita Maffii, Phnom Penh, setembro de 2008, e-mail [mafpol@gmail.com](mailto:mafpol@gmail.com)

[início](#)

## **- Indonésia: duras condições para as trabalhadoras nas plantações de dendzeiros**

A Indonésia é a segunda maior produtora de azeite de dendê do mundo; junto com a Malásia, são responsáveis de aproximadamente 80 por cento da produção global de azeite de dendê. Com aproximadamente 6 milhões de hectares de terra plantados com dendzeiros, a Indonésia planeja uma importante expansão que prevê cobrir até 20 milhões de hectares para o ano de 2020.

A expansão dos dendzeiros tem implicado e implica a ocupação de terras tradicionais pelas companhias para em primeiro lugar "clarear a área" (ou seja, desmatar) e então desenvolver uma plantação de dendzeiros. A ocupação de terras significa por sua vez o deslocamento de comunidades locais de sua terra, causando assim vários conflitos –aproximadamente 400 no país inteiro, de acordo com a ONG indonésia Sawit Watch.

Para as comunidades rurais, a terra é a base de seus meios de vida. De acordo com o WorldWatch Institute, um "estudo de 2006 da

área achou que os pequenos sistemas de produção agropecuária forneciam meios de vida para 260 vezes mais pessoas por hectare de terra que as plantações de dendezeiros" (1).

No entanto, as companhias de dendezeiros chegam protegidas por concessões legais e com promessas falsas de trabalhos para as comunidades locais. Os habitantes rurais que têm sido privados de sua terra e meios de vida são geralmente forçados a migrar, a acabar em favelas urbanas ou a trabalhar nas próprias plantações que os deslocaram. Uma vez lá, devem enfrentar a pobreza, as condições de trabalho inseguras, a violação freqüente de seus direitos, salários insuficientes e intimidação de seus empregadores.

Oxfam International tem denunciado que "Na Indonésia, apesar de que o direito de formar um sindicato é reconhecido por lei, a Confederação Sindical Internacional aponta que, na prática, os direitos de sindicalização são seriamente debilitados por intimidação e longos processo de mediação que forçam os sindicatos a lançar mão de greves espontâneas. Neste contexto, a Musim Mas, uma companhia de azeite de dendê indonésia, demitiu no ano passado [2006] mais de 700 membros de sindicatos como represália de uma greve, despejando os trabalhadores e 1.000 membros de suas famílias de suas casas pela força e expulsando suas crianças da escola." (2) (ver também Boletim do WRM Nº 109).

O trabalho nas plantações de dendezeiros é duro tanto para os homens quanto para as mulheres, apesar de que diferentemente. É bastante freqüente que as mulheres ajudem a seus maridos nas plantações para satisfazer as exigentes cotas de produção, geralmente fazendo trabalho não remunerado. Além disso, as mulheres devem cuidar seus filhos, fazer a comida e coletar lenha e água, que agora estão bastante longe devido à destruição da floresta pelas plantações de dendezeiros. Em caso que as mulheres estejam contratadas, frequentemente recebem salários mais baixos do que os dos homens. A discriminação se baseia no argumento que seu trabalho é mais fácil do que o trabalho dos homens.

De acordo com um artigo pela Rainforest Action Network, "Frequentemente aloca-se às mulheres tarefas que parecem menos onerosas mas que são realmente mais perigosas e exigentes fisicamente que aquelas dos homens. Na Indonésia, as mulheres são geralmente as que devem pulverizar pesticidas porque é menos exigente fisicamente que outros trabalhos da plantação. Lamentavelmente, raras vezes recebem o equipamento protetor como luvas e máscaras. Quando retornam para sua casa, devem preparar os alimentos para suas famílias, frequentemente com resíduos em sua pele e roupas ainda." (3)

Paraquat e Glifosato (Roundup) são os herbicidas mais comuns usados nas plantações de dendezeiros. Além das preocupações sobre os efeitos na saúde da exposição direta aos tóxicos, a publicação Down To Earth (DTE) revelou que os herbicidas podem ser arrastados por chuvas fortes "para córregos e rios que constituem a única fonte de água para todas as necessidades da família –incluindo água para beber- para os povoados que cercam as plantações. Além disso, os herbicidas não se ligam a solos arenosos" (4)

DTE vivifica as estatísticas, mostrando o caso de Mardiana, melhor conhecida como Etek, que trabalha para a PT Agro Masang Perkasa no distrito de Agam, Sumatra Ocidental. "Ela tem trabalhado lá desde 1994 e continuará fazendo-o já que não há outros trabalhos que possa fazer para sustentar-se e sustentar sua família" explica um breve relatório baseado em uma entrevista com Etek em junho de 2008 em Bogor. (5)

Ela não pode ver com seu olho direito porque entrou herbicida nele há três anos. "antigamente, quando alguma coisa entrava no meu olho, eu o esfregava. Assim está ele agora, como o olho de um peixe salgado," diz ela.

Etek trabalha na plantação, principalmente pulverizando herbicidas entre as fileiras de dendezeiros. Há somente três grupos de pulverizadores. Cada grupo tem um encarregado e consiste de nove ou dez pessoas. Em um dia, cada pessoa deve cobrir nove fileiras ou aproximadamente dois hectares.

Por cada dois litros de Roundup misturado com 16 litros de água, os trabalhadores podem cobrir dois hectares de plantação. Geralmente trabalham em pares e ganham cada um deles Rp30.000 (USD 3,25) pelos dois hectares. Na época de colheita, Etek também ganha Rp400 (aproximadamente 4 centavos) por cacho de dendezeiros, seja o cacho grande ou pequeno. Como pulverizadora, ela também ganha Rp8.000 ( ) para comprar leite. Inicialmente a companhia fornece máscaras de segurança e equipamento de pulverização, mas não os substitui quando estão desgastados ou se quebram. O custo de um novo pulverizador, ou o

que os trabalhadores chamam de "kep" é Rp200-000 (US\$ 22) cada, e pode ser pago em prestações durante quatro meses.

Apesar de que não recebem capacitação suficiente sobre os perigos dos químicos tóxicos, Etek e seus amigos sabem que não devem falar enquanto pulverizam até que chegam ao tanque de água onde reenchem seus pulverizadores. Sabem que há possibilidades de que ingressem químicos tóxicos ao corpo pela boca.

Porcentagem de saúde

Fontes:

- (1) <http://www.worldwatch.org/node/5821>
- (2) <http://www.oxfam.org.nz/imgs/pdf/biofuels%20briefing%20note.pdf>
- (3) [http://ran.org/campaigns/rainforest\\_agribusiness/resources/fact\\_sheets/hostile\\_harvest\\_us\\_agribusinesses\\_and\\_labor\\_rights\\_abuses/](http://ran.org/campaigns/rainforest_agribusiness/resources/fact_sheets/hostile_harvest_us_agribusinesses_and_labor_rights_abuses/)
- (4) <http://www.downtoearth.org.in/>
- (5) <http://dte.gn.apc.org/78.pdf>

início

### - Malásia: aqueles que saem perdendo no negócio do dendê

Na Malásia, a expansão do óleo de dendê ocorre de forma paralela com o desmatamento- apesar de os representantes do governo afirmarem o contrário.

Um comunicado de imprensa emitido por Sahabat Alam Malaysia [SAM] - Amigos da Terra Malásia, no dia 6 de agosto de 2008, revela que cerca de 2,8 milhões de hectares de terras com grandes extensões de florestas em Sarawak foram entregues a concessões de plantações, principalmente de dendezeiros e de árvores de crescimento rápido para celulose.

Contudo, as comunidades que usufruem dos Direitos Consuetudinários Nativos (NCR) nessas áreas não foram levadas em conta no processo de concessão de licenças. Como afirmado na declaração, eles geralmente percebem que "suas terras serão afetadas só depois de os trabalhos começarem no local. ... Depois de terem suas terras desmatadas, as comunidades podem ser afetadas por impactos ambientais que abrangem desde perturbações na água, nos nutrientes do solo e ciclos ecológicos, até erosão, sedimentação nos rios, e ameaças de incêndios e poluição por causa dos agroquímicos e as plantas de processamento".

As terras consuetudinárias são muito significativas para os povos indígenas em Sarawak. Como explicou Tuai Rumah ladon anak Edieh, um granjeiro de 70 anos que mora em Ulu Bawan, distrito de Balingian, Divisão de Mukah, em uma entrevista em 2006: "A terra nos fornece tudo o que necessitamos, os alimentos tirados das lavouras que nós plantamos, as plantas silvestres que nós coletamos como hortaliças e as ervas medicinais. Nós usamos nossa floresta a fim de obtermos madeira para construir nossa "longhouse" (unidade habitacional e organizacional), para construir canoas, e os caixões para os defuntos. Podemos caçar javalis silvestres e outros animais bem como pescar nos córregos de nossas terras consuetudinárias. Nós estamos ligados a nossas terras consuetudinárias... Se tirassem nossas terras de nós, não poderíamos sobreviver."

Mas esse foi o destino que enfrentaram. Em 1973, eles foram enganados por políticos e funcionários para "desenvolver" suas terras com plantações de dendezeiros. O acordo com a empresa começou com um tipo de locação de terras enquanto oferecia à comunidade trabalho na plantação com pagamentos muito baixos que não compensavam os recursos que a comunidade obtinha da floresta. E para arrematar isso tudo, a empresa continuou plantando dendezeiros apesar do fim do prazo da locação.

Um artigo de Rhett A. Butler publicado em Mongabay ([http://www.mongabay.com/borneo/borneo\\_oil\\_palm.html](http://www.mongabay.com/borneo/borneo_oil_palm.html)) trata sobre a redução significativa da diversidade biológica decorrente da transformação das florestas em plantações de dendezeiros, e diz que "muitos animais não se movimentarão através das plantações enquanto outros, como os orangotangos, se tornarão uma peste para as plantações, fato que os coloca em risco devido à caça ilegal defensiva por parte dos administradores das plantações. O uso de herbicidas e pesticidas também pode impactar na composição das espécies e poluir os cursos d'água locais. Os sistemas de drenagens exigidos pelas plantações (as plantações de dendezeiros em Bornéu frequentemente são estabelecidas em florestas de

pântano) podem diminuir os lençóis freáticos, afetando as áreas florestais circundantes. Além disso, a destruição de terras de turfa aumenta o risco de enchentes e queimadas. As queimadas para clarear terras realizadas pelos donos das plantações de dendezeiros foram a principal causa dos incêndios maciços de 1997- 1998 em Bornéu... Parece que o sistema existente, às vezes, deixa os pequenos proprietários em condições semelhantes à escravidão”.

Para as comunidades indígenas, a invasão das indústrias extrativas em seus territórios significou um rompimento das economias de subsistência; após isso, eles foram obrigados a entrar em uma economia pecuniária que depende basicamente da madeira. Contudo, como explica Butler: “Devido à escassez de madeira em várias regiões de Bornéu ... o dendezeiro parece ser a melhor alternativa para as comunidades que se ganham a vida com o cultivo de caucho, a agricultura de subsistência de arroz e as hortas de frutas. Quando uma empresa agrícola de grande porte entra em uma área, alguns membros da comunidade freqüentemente estão ávidos por fazer parte de uma plantação de dendezeiros. Desprovidos de títulos legais sobre suas terras, os acordos freqüentemente são estruturados de modo que os membros da comunidade adquirem 2-3 hectares (508 acres) de terra para cultivar dendezeiros. Geralmente, eles tomam empréstimos de cerca de \$3.000- 6.000 (com juros de 30% ao ano) das empresas matrizes para as mudas, fertilizantes e outros insumos. Como os dendezeiros levam, em linhas gerais, 7 anos para dar frutos, eles trabalham como operários braçais por \$2,50 ao dia nas plantações maduras. Nesse ínterim, suas parcelas não geram nenhuma renda mas exigem fertilizantes e pesticidas, que são comprados da empresa dendeicultora. Quando as plantações se tornam produtivas, a renda média de um lote arrendado de 2 hectares é de \$682-900 ao mês. No passado, a borracha e a madeira geravam \$350-1000 ao mês, conforme Curran. A baixa renda combinada com os altos custos decorrentes do início das operações e o pagamento de juros relativamente altos faz com que, na prática, os pequenos proprietários fiquem endividados perpetuamente com a empresa dendeicultora. A cultura do dendezeiro também deixa a população local mais dependente das empresas agrícolas porque eles já não plantam seus próprios alimentos.

Enquanto isso, as empresas dendeicultoras estão fazendo fortuna. “Algumas empresas em Kalimantan Oeste vêm experimentando um índice de retorno anual de 26% para um período de 25 anos, uma cifra chocante”, Butler revela. Parece que a atual demanda de agrocombustíveis permite que as plantações de dendezeiros floresçam às custas das comunidades locais.

Artigo baseado em: “Plantation development in Sarawak, deforestation and Native Customary Rights (NCR)”, August 6, 2008, Sahabat Alam Malaysia [SAM] Friends of the Earth, Malaysia, e-mail: [sam\\_inquiry@yahoo.com](mailto:sam_inquiry@yahoo.com); “Indigenous Community Struggle - Sungai Bawan, Balingian, Mukah Case”, <http://www.rengah.c2o.org/assets/pdf/de0122a.pdf> Sarawak; “The Impact of Oil Palm in Borneo”, Rhett A. Butler, [http://www.mongabay.com/borneo/borneo\\_oil\\_palm.html](http://www.mongabay.com/borneo/borneo_oil_palm.html)

[início](#)

## - Tailândia: diversidade e uso comunitário das florestas versus monoculturas e parques

A rodovia que une Trang e Krabi no Sul da Tailândia é um exemplo do que os economistas chamam de desenvolvimento. O que costumava ser uma floresta tropical exuberante tem sido transformado em inumeráveis fileiras de dendezeiros ou seringueiras. A monotonia é alterada às vezes por umas poucas casas e lojas cercadas por um mar de monoculturas de árvores. No final da rodovia, as granjas camaroneiras ocupam o lugar das florestas de mangues e somente uma fina fileira de mangues que rodeia o rio foi dispensada da destruição. O modelo das monoculturas parece ter vencido a rica biodiversidade da região.

Ao enfrentar-se com críticas a esse modelo, os funcionários do governo vão responder rapidamente que a biodiversidade tem sido protegida dentro de uma série de parques nacionais e reservas que garantem a conservação de espécies nativas de flora e fauna.

No entanto, muitos povoadores locais estão infelizes, tanto em relação às monoculturas quanto em relação às políticas oficiais de conservação das florestas e têm estabelecido organizações para fazer com que a situação mude. Uma dessas organizações é a “Network of People Organisation for Bantad Mountain Range” (Rede de Organização Popular para a Cadeia de Montanhas de Bantad) que tem reunido pessoas que enfrentam problemas similares.

Os problemas surgiram há 30 anos aproximadamente, quando o governo começou a estabelecer diferentes tipos de áreas protegidas nas florestas onde as comunidades locais têm vivido por séculos, como no caso do grupo étnico Sakai. Para poder permanecer na área eles tiveram que provar que viviam lá antes de que a lei florestal tivesse sido aprovada. O que é mais importante ainda, seriam

autorizados para realizar suas atividades tradicionais na floresta se: 1) a área não fosse considerada "em risco" ou "sensível" pelo governo; 2) o declive fosse menor que 30%. O resultado da aplicação dessas duas condições faz com que a maioria das atividades sejam ilegais, já que qualquer área pode ser classificada "em risco" ou "sensível" e as comunidades locais usam tradicionalmente todas as diferentes altitudes com diferentes fins.

O que o modelo de conservação supra esconde é a função histórica do governo na destruição da floresta, tanto na promoção de monoculturas quanto nas concessões madeireiras.

No caso das monoculturas, os membros da "Bantad Mountain Range Network" explicam que "o 'Rubber Tree Fund' (Fundo das Seringueiras) é parte do governo. Os funcionários do Fundo vêm à área para promover as plantações de seringueiras. Outorgam-se fundos aos produtores para plantar monoculturas como um contrato em terras individuais. As pessoas estão felizes no começo, mas os problemas surgem depois. Antes, eles integravam as hortas com as seringueiras mas agora são uma monocultura e há desmoraamentos. As pessoas perdem seus meios tradicionais de vida. Outros impactos incluem maior controle do governo, pelo que as atividades dos povos locais são declaradas ilegais e são punidas. As pessoas são controladas por guardas e até com helicópteros. As pessoas estão enfrentando muitas ações legais (13 casos em juízo no momento) e também multas, que vão de 100.000 até 5 milhões de bahts. A comunidade deve pagar garantias para tirar as pessoas da cadeia."

O governo também é responsável pela destruição da floresta decorrente de concessões madeireiras passadas. Os representantes de uma comunidade membro da "Bantad Mountain Range Network" explicam que vieram com a companhia madeireira e depois permaneceram na área. Agora têm estabelecido um sistema de hortas tradicionais integradas, onde as seringueiras se misturam com árvores frutíferas, bétete, pimentão, feijão e uma longa lista de outras plantas que satisfazem suas necessidades. A comunidade está portanto melhorando um ambiente antigamente degradado pela concessão madeireira outorgada pelo governo.

Apesar da função positiva que estão cumprindo, as comunidades estão tendo problemas com o governo. Explicam que elas têm pouca área de terra para agricultura (1-5 hectares por família) e que usam a floresta como parte de seus meios de vida. A maioria das pessoas vivem das hortas, complementadas com a caça (sem armas de fogo), pesca, coleta de caracóis, fungos, brotos de bambu e outras atividades de coleta. Mas, de acordo com o governo, a maioria disso é ilegal. "De fato, tudo é ilegal" alegam eles. O governo tentou reassentá-los, mas não aceitaram e resistiram de todas as formas possíveis. Sua luta é pela segurança alimentar, pelo direito a escolher, pelo "direito a decidir o futuro nós mesmos".

Um outro aspecto que merece ser salientado é o caminho de acesso à comunidade referida. Um dos argumentos utilizados pelos governos para abrir caminhos na floresta é que permitirão às pessoas comunicar-se com o mundo exterior. No entanto, a maioria dos caminhos são realmente construídos para favorecer os interesses das companhias que querem acesso aos recursos naturais (madeira, minerais). Portanto, são suficientemente largos para que os grandes caminhões possam extrair esses recursos, mas no caso desta comunidade, o caminho é um caminho de pessoas, adaptado à situação local, onde a maioria das famílias possuem uma motocicleta. O caminho tem menos de 1 metro de largura e está pavimentado apenas em algumas partes com declives escarpados. As pessoas têm fácil acesso, as companhias não.

Um outro processo interessante que está desenvolvendo-se na região é a "Alternative Agriculture Network" (Rede de Agricultura Alternativa). Considerando os atuais altos preços do azeite de dendê e da borracha, os produtores locais estão obtendo grandes lucros com esses cultivos. Ao mesmo tempo, os altos preços do petróleo têm feito com que os fertilizantes químicos sejam muito caros. Acrescentado aos problemas de saúde e ambientais vinculados ao uso de agrotóxicos, isso tem resultado em uma situação onde mais granjeiros querem aderir a um tipo de agricultura mais diversificado e orgânico. Os fertilizantes químicos estão sendo substituídos com insumos orgânicos para o solo e muitas outras plantas (para alimentação, madeira, medicina, fibras) estão sendo introduzidas sob as plantações de monoculturas. Apesar de que o rendimento do cultivo principal se reduz um pouco, isso se compensa com o custo menor e com o grande número de outros produtos para autoconsumo e comércio. Isso também é percebido como uma salvaguarda para possíveis quedas no preço internacional da borracha e do azeite de dendê, como tem acontecido no passado, especialmente com a borracha.

Em resumo, os povos e as comunidades locais se têm organizado para proteger seu meio ambiente, meios de vida e direitos. O pacote de monoculturas, agrotóxicos e áreas protegidas anti-pessoas promovido pelo governo está sendo transformado em um sistema diversificado, comunitário e respeitoso da ecologia. Como dizem os povoadores locais, "queremos estar orgulhosos do que somos e do que estamos fazendo." Com certeza podem.



Artigo baseado em depoimentos locais de uma visita de campo realizada pelo WRM em julho de 2008

[início](#)

## Na África

### - África do Sul: plantações de árvores devastadas por incêndio transformaram uma tragédia espreitadora em uma triste realidade

A monocultura é contra a natureza, que é diversa. É por isso que um sistema não natural como o das plantações industriais de monoculturas de árvores desencadeia vários impactos negativos. Um deles é o incêndio.

Diferentemente das florestas, cuja umidade e denso verdor de arbustos atua como barreira contra os incêndios, as plantações industriais carecem da diversidade estrutural e biológica das florestas. As plantações de árvores têm dosséis de "camada única" (isto é, todas as árvores têm altura similar), dosséis "fechados" que bloqueiam a luz do sol, o que resulta em sub-florestas sombreadas com menos plantas, qualidades de conservação da água mais pobres, camadas de dosséis de epífitas pobremente desenvolvidas (isto é, musgos, líquenes e pteridófitas que vivem nos troncos e ramos das árvores) e solo suspenso (que se forma pelo apodrecimento dessas plantas epífitas), menos biodiversidade geral, o que faz com que sejam susceptíveis de incendiar-se. Representam uma espreitadora tragédia lá.

E a tragédia tem acontecido na África do Sul.

De acordo com o Observatório da Terra da NASA, "Um rio de fumaça de várias centenas de quilômetros de largura fluía para a costa sudeste da África no começo de setembro de 2008. A fumaça provinha de centenas, provavelmente milhares, de incêndios em Moçambique, África do Sul e Suazilândia. Setembro está perto do final da estação seca no sul da África e os incêndios agrícolas intencionais bem como os incêndios florestais acidentais são comuns." ([http://earthobservatory.nasa.gov/Newsroom/NewImages/images.php3?img\\_id=18139](http://earthobservatory.nasa.gov/Newsroom/NewImages/images.php3?img_id=18139))

No entanto, "Esta situação particular nunca tinha sido experimentada antes. Estão chegando denúncias do país inteiro," disse Percy Morokane dos Serviços de Emergência de Johannesburgo em uma entrevista com a BBC.

No último fim de semana de agosto, atizados por fortes ventos, mais de 100 incêndios arrasadores de um lado ao outro da África do Sul têm deixado pelo menos 20 pessoas mortas e 26 feridas pelas chamas. Os incêndios assolaram 50.000 hectares de terras, dos quais 15.000 são plantações industriais de árvores em Mpumalanga. Três homens ficaram presos em um incêndio na plantação de árvores de Sappi Escarpment de propriedade do conglomerado da celulose Sappi, certificado pelo FSC.

Vários incêndios diferentes causaram 14 mortes na província de KwaZulu-Natal, três mortes, incluindo as de duas crianças, no Cabo Oriental, três mortes na província de Mpumalanga e dúzias de desabrigados em Cidade do Cabo.

Lamentavelmente, é frequentemente com tragédias que surge a conscientização. Esperemos que o luto dê origem ao bom sentido para deter a expansão das plantações de monoculturas de árvores.

Artigo baseado em informação de: "South Africa: Three More Injured in Mpumalanga Fires", BuaNews (Tshwane), <http://allafrica.com/stories/200809030578.html>; "South Africa bush fires 'kill 20'", BBC News, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7591950.stm>

[início](#)

### - Camarões: os bagyeli, grandes vítimas das plantações industriais

No sudoeste florestal de Camarões, próximo a Kribi, há duas plantações industriais enormes que cobrem no total uma superfície de

62.000 ha. Uma delas, a HEVECAM, é uma monocultura de héveas (seringueiras) pertencente ao grupo cingapurense GMG, e a outra, a SOCAPALM, é uma plantação de dendezeiros, propriedade do grupo francês Bolloré.

A HEVECAM e a SOCOPALM lindam com uma dezena de comunidades de caçadores coletores bagyeli ("pigmeus"). Eles sempre se caracterizaram por uma grande dependência da floresta e por uma notável habilidade para manejá-la. A aldeia bagyeli é a unidade sócio- econômica central, em torno da qual são organizadas as atividades de produção e consumo, com base na caça e na coleta mas também e cada vez mais, na agricultura. A economia tradicional bagyeli é norteada pelos ciclos reprodutivos naturais (não agrícolas). Cada aldeia é formada por algumas cabanas (até uma dezena) onde vive uma população que pode oscilar entre 15 e 70 pessoas. O funcionamento das aldeias é altamente igualitário. Cada uma possui certas normas consuetudinárias que regem um espaço determinado da floresta, principalmente no tocante à extração de recursos naturais. Por sua vez, essas normas de exclusividade têm como contrapartida uma "obrigação de boa convivência" fundada em laços de amizade com os membros de outras comunidades.

Os principais problemas que apresenta o estabelecimento da HEVECAM e a SOCAPALM originam-se na desaparecimento de uma grande extensão de floresta nos locais onde viviam os bagyeli. Eis aqui dois casos concretos:

- Kilombo I é uma aldeia bagyeli que ficou encravada entre a SOCAPALM e a HEVECAM. A situação de seus habitantes é particularmente difícil, devido a seu isolamento e à destruição de sua floresta. A SOCAPALM obrigou os moradores a abandonar a floresta onde viviam para poder instalar a plantação, e prometeu que daria em troca casas modernas. Contudo, até hoje ainda não receberam nem casa nem qualquer indenização, por exemplo, pelos túmulos que destruiu. Esses bagyeli estão agora rodeados por plantações nas que estão proibidos de entrar. A população de Kilombo I diminuiu drasticamente depois do início da plantação.
- Nyamabandé é uma comunidade bagyeli localizada na fronteira entre a HEVECAM e o parque nacional de Campo- Ma'na. Os bagyeli foram forçados aos poucos a tornar-se sedentários nos limites da área protegida, onde só recentemente conseguiram reaver o direito a caçar e coletar. Pelo contrário, no perímetro da HEVECAM, só os adultos estão autorizados a recolher caracóis. O Convênio de Estabelecimento entre o governo e a HEVECAM (assinado em 15 de setembro de 1998) não menciona nem uma única vez os interesses dos bagyeli.

As possibilidades de conseguir trabalho nas plantações são muito escassas: a HEVECAM não contrata seringueiros bagyeli, e a SOCAPALM propõe apenas serviços temporários, e paga menos que aos trabalhadores bantus. Do mesmo modo, para capinar periodicamente a plantação HEVECAM recorre a um empreiteiro que emprega os bagyeli e os explora de forma escandalosa.

Quanto à saúde, os bagyeli afirmam que as doenças são menos freqüentes na floresta do que nas proximidades das plantações. De fato, os pernilongos pululam e se reproduzem nas charcas de água estagnada entre as fileiras de árvores. Como corolário, a malária e o cólera afetam os moradores da região hoje mais do que antes. Nossos informantes bagyeli apontam também que agora há uma maior incidência da hipertensão arterial e a depressão. Os problemas decorrentes da má alimentação e a poluição da água (agroquímicos, erosão) tornam-se mais graves principalmente pela falta de medicinais tradicionais (freqüentes casos de aborto, distúrbios intestinais crônicos). Por não fazerem parte do pessoal assalariado, os bagyeli não têm acesso gratuito aos hospitais nem às escolas pertencentes às plantações.

Em outras épocas, os bagyeli encontravam na floresta tudo o que precisavam para viver, mas agora só encontram caça fora das plantações e, principalmente, embrenhando-se ainda mais na floresta. Do lado do parque de Campo- Ma'na, a fauna é escassa, não apenas devido à plantação mas também porque há inúmeros caçadores furtivos que vivem nela. 75% da ingestão de proteínas dos trabalhadores da HEVECAM provém da caça ilegal. A caça comercial também aumentou consideravelmente nestes últimos anos; no passado, a caça era unicamente para o consumo pessoal local. Calcula-se que há mais de duas mil armas de fogo em situação irregular na região da HEVECAM. Para os bagyeli, isso se tornou um grave problema, que irá aumentando à medida que as atividades industriais se intensificarem.

Julien-François Gerber, correio eletrônico: [julienfrancoisgerber@campus.uab.es](mailto:julienfrancoisgerber@campus.uab.es)

[início](#)

## - Libéria: penosa borracha – o duro dia-a-dia dos seringueiros da Firestone

Em 1925, a Firestone Tire & Rubber Company assinou um contrato por 99 anos com o governo para arrendar um milhão de acres [aproximadamente 405.000 hectares] de terras para estabelecer uma plantação de borracha. A área total da concessão da Firestone representa 4% do território da Libéria e quase 10% de suas terras agricultáveis.

Em 1988, a Bridgestone comprou a Firestone Plantations Company e é agora a companhia controladora, ocupando atualmente umas 240 milhas quadradas [aproximadamente 62.000 hectares] da concessão, com aproximadamente 7.000 empregados, a maioria dos quais são seringueiros. Há aproximadamente mais outros 4.000 trabalhadores que trabalham para a companhia sem qualquer reconhecimento legal, e portanto não recebem benefícios da companhia, como por exemplo, saúde e educação para suas famílias. Além disso, mais 4.000 pessoas trabalham na plantação para os seringueiros e portanto não têm qualquer reconhecimento legal na companhia.

Os seringueiros trabalham aproximadamente 12 horas ao dia sem equipamento de segurança (luvas, óculos, botas de chuva, impermeável e outros acessórios de segurança) a menos que os comprem os próprios seringueiros. Eles devem transportar todo o látex que produzem sobre seus ombros descobertos em um pau com dois baldes que pesam 70 lbs [31,7 kg] cada um.

Esse meio primitivo de transportar látex não tem mudado desde 1926. Com 140 lbs [63,4 kgs] balanceando-se em seus ombros, os trabalhadores caminham até os postos de pesagem que podem estar a até três milhas [4.8 kms] do arvoredo de seringueiras. A Firestone não fornece meios alternativos de transporte. Com este trabalho extenuante, os seringueiros arriscam lesões e o desenvolvimento de deformidades durante o tempo em que estão empregados.

Um seringueiro acorda às 4 horas da manhã para preparar-se para extrair látex talvez de 750 árvores diariamente em um dia de trabalho normal. No entanto, somente a metade da taxa diária de USD 3,38 é paga se um seringueiro não puder completar a cota diária completa. Enfrentados com essas cotas onerosas, os seringueiros somente podem permitir que membros de suas famílias os assistam para completar sua cota ou empregar um ajudante.

Os seringueiros trabalham todos os dias do ano, incluindo feriados, com exceção do Natal, produzindo altos volumes de látex. A produção mensal de um seringueiro médio pode avaliar-se em USD 2.296,80 na Libéria e USD 3.915,00 aos preços do mercado mundial, enquanto o seringueiro recebe USD 125. É possível que do salário mensal de USD 125 ele deva pagar um ou dois ajudantes.

*“Estas pessoas nos tratam como escravos porque não temos ninguém que fale por nós e não temos outros lugares para achar um novo trabalho. A gente produz mais de 5 toneladas de látex para a companhia ao mês e eles nem pagam o preço de uma tonelada”,* disse amargamente um seringueiro.

Além da produção de látex, exige-se aos seringueiros que apliquem químicos (tanto fungicidas quanto estimulantes) nas árvores para proteção e para aumentar a produção. Além disso, exige-se que limpem de vegetação rasteira na área das árvores das que extraem o látex. Esta tarefa implica que muitos dos seringueiros devem contratar ajudantes para completar o trabalho. Em caso que a família do seringueiro seja grande e não tenha condições de deduzir sua provisão de arroz ou salário para um ajudante, a mulher deve abandonar suas crianças para assistir seu marido para completar sua cota.

Existem grandes disparidades entre trabalhadores e outros empregados da Firestone. Por exemplo, um superintendente que supervisa os seringueiros ganha mais de USD 700 ao mês, de acordo com seu nível de educação, reside em um bangalô confortável e tem outros benefícios, incluindo bônus por excesso de produção mensal.

Em contraste, os seringueiros e outros trabalhadores vivem em casas arruinadas. A maioria delas foram construídas na década de 30, quando a Firestone começou suas operações, têm um quarto, carecem de eletricidade, água encanada, banheiro e cozinha no interior, salas de estar e tetos. Cobertas precariamente com asbestos, muitas dessas estruturas têm importantes goteiras.

*“Quando chove temos que colocar nossas tigelas nos quartos ou senão tudo fica cheio de água”, denunciou um trabalhador.*

A água limpa é um luxo na plantação. Em mais de 20 acampamentos visitados não oficialmente por uma equipe de investigação de SAMFU entre novembro de 2006 até a presente data, viu-se uma média de duas bombas manuais por acampamento com uma população média de aproximadamente 500 pessoas. Essas bombas manuais colocam-se em poços que são escavados manualmente e portanto não têm água durante grande parte da estação seca. Essa situação deixa os seringueiros e outros trabalhadores não especializados e suas famílias sem outra opção que beber de poços superficiais e riachos. Enquanto isso, os membros do pessoal têm acesso a água encanada e água potável especialmente tratada colocada dentro da planta de processamento.

A companhia tentou controlar a organização dos trabalhadores através da Firestone Agriculture Workers Union of Liberia (FAWUL), até que vasta pressão dos trabalhadores da plantação e das duas maiores federações de trabalhadores da Libéria levaram à suspensão da FAWUL pelo governo. Convocaram-se eleições para introduzir um sindicato independente e democrático.

No final de abril de 2007, os trabalhadores realizaram uma greve para protestar contra os esforços da gerência da Firestone para adiar as eleições. Durante a greve em 27 de abril de 2007, a polícia atuou brutalmente contra trabalhadores em greve com cacetes e paus, e perseguiu trabalhadores inofensivos até a cidade de Harbel, onde está localizada a planta de processamento de borracha da Firestone, entraram pela força às casas e bateram muitas pessoas inocentes, o que resultou em dúzias de lesões. Duas dúzias de trabalhadores foram tão feridos que não puderam trabalhar enquanto eram tratados. Depois disso, um dos trabalhadores faleceu por causa das feridas sofridas durante o ataque. Além disso, gás lacrimogêneo foi lançado nas comunidades populosas de Harbel sem consideração pelas crianças, mulheres e anciões. Parece que muitos trabalhadores inocentes foram não apenas prendidos desnecessariamente mas detidos irrazoavelmente.

*“Se você vê as pessoas que produzem o látex para os produtos de borracha que você usa; os lugares onde moram, o tipo de trabalho que fazem, os alimentos que comem e os salários que recebem... teria consciência de quem produz a borracha que você usa todo dia”.*

Extraído e adaptado de: “The Heavy Load. A Demand for Fundamental Changes at the Bridgestone/Firestone Rubber Plantation in Liberia”, publicado por Save My Future Foundation, junho de 2008, [http://www.samfu.org/do%20files/The%20Heavy%20Load\\_2008.pdf](http://www.samfu.org/do%20files/The%20Heavy%20Load_2008.pdf)

[início](#)

---

## CERTIFICAÇÃO DE PLANTAÇÕES

### - FSC: Parem a certificação das monoculturas de árvores!

A Asia Pulp and Paper é provavelmente a companhia de papel mais controvertível no mundo. Ela tem destruído vastas áreas de floresta em Sumatra e substituiu centenas de milhares de hectares com plantações de monoculturas. Em dezembro de 2007, o Conselho de Manejo Florestal (FSC) anunciou sua “dissociação” da APP depois de que a companhia começou a utilizar o logotipo do FSC. O FSC emitiu uma declaração dizendo que tem “a obrigação de proteger a reputação e a integridade associada com nosso nome e logotipo para os consumidores e para nossos sócios e membros de confiança”. Parece finalmente que o FSC percebeu que é esverdear companhias ambientalmente e socialmente destruidoras. Lamentavelmente, a dissociação da APP continua sendo um evento isolado.

O objetivo do FSC é “promover o manejo ambientalmente responsável, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas do mundo”. O FSC não deveria certificar as plantações de árvores industriais, pela simples razão que não são florestas. O FSC não deveria certificar plantações como não deveria certificar cultivos de alface.

As plantações de árvores industriais não são nem ambientalmente responsáveis nem socialmente benéficas. Frequentemente são apenas viáveis em decorrência de generosos subsídios do governo.

A Veracel é talvez o exemplo mais egrégio das muitas companhias que nunca deveriam ter sido certificadas pelo FSC. Desde que a companhia estabeleceu suas plantações de monoculturas de eucaliptos no sul do estado da Bahia no Brasil, rios, córregos e nascentes se secaram. Enquanto as plantações se expandem, a área de terras plantadas com cultivos alimentares diminui. Os povoadores das áreas rurais têm perdido seus empregos e se têm deslocado para as cidades e muitos vivem em favelas superpovoadas e perigosas.

Em julho de 2008, o Tribunal Federal do Brasil multou a Veracel por cortar a Mata Atlântica. O tribunal ordenou à Veracel substituir as plantações de eucaliptos com árvores nativas. O certificado da Veracel continua em vigor.

No ano passado, guardas armados empregados por outra companhia de plantações certificada pelo FSC, a Vallourec & Mannesmann (V&M), atirou para Antonio Joaquim dos Santos na frente de sua filha de 16 anos e o matou. Ele estava coletando lenha. Um ano antes do assassinato, os povoadores locais tinham apresentado uma queixa apontando que a substituição do cerrado com monoculturas da V&M tinha deixado à comunidade sem acesso a lenha e frutos. A resposta da V&M foi aumentar a pressão na comunidade.

O assassinato não foi uma surpresa para muitas pessoas. "A ameaça a trabalhadores e povoadores é grande" disse um aldeão para a jornalista e ativista Heidi Bachram, em 2006. "Os guardas armados têm atirado para as pessoas. Elas se sentem prisioneiras em suas próprias terras."

Um pouco de semanas depois do assassinato de Antonio Joaquim dos Santos, a V&M anunciou sua "decisão voluntária de deixar o FSC".

No Uruguai, o WRM tem documentado as condições de trabalho quase escravas em plantações certificadas pelo FSC. "A companhia estava violando direitos do trabalho e portanto nunca deveria ter sido certificada" disse José Bautista, chefe de um sindicato de trabalhadores locais, sobre uma das companhias certificadas pelo FSC, a FYMNSA.

A Eufores, outra companhia certificada pelo FSC, foi recentemente apanhada cortando 80 hectares de floresta estritamente protegida no Uruguai. A companhia é uma subsidiária da companhia espanhola ENCE. Em junho de 2008, o certificado da FSC lhe foi retirado na Espanha à NORFOR, uma outra subsidiária da ENCE. Entre os problemas que as ONGs apontam estão o uso indiscriminado de herbicidas, dano ao solo, aumento na erosão, cortes rentes de mais de 20 hectares e uso de espécies exóticas.

Na Irlanda, a Coillte possui aproximadamente 450.000 hectares de plantações de monoculturas carregadas de pesticidas. Depois de uma auditoria em 2007, o órgão que verifica que os padrões do FSC sejam cumpridos, a Accreditation Services International (ASI), constatou que "é provável que o descumprimento dos Critérios pertinentes do FSC continue durante uns poucos anos". Apesar disso, a Coillte continua estando certificada pelo FSC.

Mais de 1,6 milhões de hectares de plantações industriais de árvores são certificadas na África do Sul. Como aponta Philip Owen da ONG sul-africana Geosphere, "As operações de gestão das plantações destroem múltiplos produtos e serviços das pradarias, minando assim a viabilidade econômica e uma ampla variedade de benefícios ambientais e sociais."

O FSC conhece bem os problemas com a certificação das plantações. Tem estado trabalhando em uma "Revisão das Plantações" desde a Assembléia Geral do FSC em 2002. Na época, o FSC tinha certificado 3,3 milhões de hectares de plantações. O número é agora 8,6 milhões de hectares. A revisão das plantações não tem feito qualquer mudança na forma na que são emitidos os certificados.

De fato, o FSC promove ativamente as plantações industriais de árvores, visando a aumentar as vendas de papel com o selo do FSC. O "Forum de Papel Global" do FSC reúne várias centenas de representantes da indústria para achar "Oportunidades de mercado para o papel com o selo do FSC". O Fórum deste ano foi patrocinado pela Mondi e a Suzano, entre outros. A Assembléia Geral do FSC, que se realizará na África do Sul em novembro, é patrocinada pela Mondi, a Tembec e a Sveaskog.

O FSC precisa distanciar-se urgentemente da indústria que certifica. No entanto, está aproximando-se mais. Enquanto faz isso, o logotipo do FSC vira pouco mais que um esverdeamento empresarial.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

## - Brasil: Os “selos verdes internacionais de qualidade” das empresas de celulose e papel

Faz quase cinco anos que a empresa Aracruz ganhou o Selo Verde de qualidade para suas plantações aqui no extremo sul da Bahia. Normalmente é uma conquista muito importante para a Empresa, pois esta certificação significa entre outras coisas que a Empresa trabalha socialmente justo e ecologicamente respeitando todas as leis ambientais, tanto as leis municipais, estaduais como também as leis federais. Para a exportação um selo assim é fundamental para a empresa pois ela ganha grande prestígio no exterior.

O processo de certificação se desenvolve mais ou menos da seguinte maneira: Uma empresa internacionalmente conhecida e qualificada, nesse caso “o Bureau Veritas”, verifica se a empresa em questão, em nosso caso “a Aracruz” merece ou não essa certificação internacional, denominada “CERFLOR”. Na primeira vez, há cinco anos, fizemos muitas críticas, mas mesmo assim a Aracruz ganhou a certificação. Agora chegou a hora da renovação.

Em quatro cidades aqui no Extremo Sul da Bahia foram marcadas reuniões públicas, onde as pessoas interessadas podiam fazer as suas observações, reclamações, perguntas e dúvidas, tanto sobre a Empresa a ser certificada como sobre a empresa certificadora. Os municípios eram: Posto de Mata, Caravelas, Alcobaça e Ibirapuã. As perguntas, dúvidas, observações etc. sobre a empresa certificadora iam ser respondidas na hora pelo representante da empresa certificadora e as perguntas sobre a empresa a ser certificada iam ser respondidas no relatório final que vai aparecer depois 40 dias no Site da empresa certificadora.

Eu estava presente na reunião em Posto de Mata e Caravelas e descobri que tudo é uma grande palhaçada e apenas um truque vergonhoso para conquistar o mercado mundial. Vejamos algumas coisas.

Em Posto de Mata estavam presentes mais ou menos 20 pessoas, destas mais da metade eram das empresas. Depois das explicações iniciais do representante da empresa Bureau Veritas, empresa responsável pela certificação, havia oportunidade de fazer perguntas e observações.

Pedi a palavra e falei que durante os últimos cinco anos nós membros da comunidade local observamos várias irregularidades no ponto de vista ecológica e trabalhista. O dever nosso é denunciar e registrar essas irregularidades nos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, como Ibama, IMA (o antigo CRA), o Ministério Público e conforme no Ministério do Trabalho. Isso nós fizemos durante essa época várias vezes. Cumprimos o nosso papel. Então pedi que a empresa certificadora procurasse esses órgãos públicos onde varias ilegalidades e irregularidades já foram registradas. Seria um caminho mais fácil para poder avaliar e fiscalizar a atuação e as práticas da empresa Aracruz durante esse tempo. A resposta do representante do Bureau Veritas foi: “Nós não somos fiscais dos órgãos públicos”, isso não é nosso papel”.

Eu, quase caí de costas e pensando que não estava entendendo bem a resposta dele falei mais uma vez: “Estou denunciando as irregularidades e ilegalidades cometidas pela empresa Aracruz durante esses últimos 5 anos, e conforme a nossa obrigação as mesmas foram registradas nos órgãos públicos estaduais e federais. Mais uma vez o representante falou que o Bureau Veritas não é fiscal dos órgãos públicos, mas se sabemos irregularidades ou ilegalidades agora e indicando o lugar, um representante do Bureau Veritas iria hoje ou amanhã lá para verificar a nossa denuncia.

Então os crimes ambientais e ou trabalhistas cometidas durante os últimos 5 anos e devidamente registrados nos órgãos públicos e que provavelmente não existem mais pois já foram “resolvidos ou manipulados”, não tem valor nenhum.

No outro dia em Caravelas, onde a sala estava cheia de crianças da escola primária, que nada ou pouco entendem do assunto, perguntei se o trabalho que a empresa certificadora faz é considerado uma pesquisa. O representante do Bureau Veritas falou que não. Então eu me pergunto uma empresa que não fiscaliza os órgãos governamentais para verificar se a Aracruz cometeu irregularidades ou desrespeitou as leis ambientais e trabalhistas e que não faz pesquisas....que moral, que ética ela tem para dar uma certificação internacional, que vale no mundo inteiro, e quer ser uma prova que todo trabalho da Aracruz é ecologicamente em ordem e socialmente justo, cumprindo todas as leis existentes.

Depois de tudo isso não tive mais vontade para ir nas reuniões em Alcobaça e Ibirapuã, pois ficou muito evidente que tudo isso é uma grande palhaçada. Ficou claro para mim que essas certificações não são de merecimento mas são apenas compradas. Assim funciona esse sistema de certificação aqui em nossa.

Por Pe. José Koopmans, e-mail: [pejose@oi.com.br](mailto:pejose@oi.com.br)

[início](#)

---

**Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês  
Editor: Ricardo Carrere

**Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**  
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985  
[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)  
<http://www.wrm.org.uy>

